



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Relatório de Informações Gerenciais Setorial (RIGER) – ANUAL 2021

**DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E
FINANÇAS (DGPCF)**

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANO 2021	
	DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (DGPCF)	
Período de Referência: Ano de 2021	Emitido em: Janeiro de 2022	Aprovado por: Diretor Geral da DGPCF

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SUMÁRIO

1.	INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS.....	3
2.	PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS.....	5
3.	QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS.....	11
4.	SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS.....	18
5.	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	19
6.	AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO	24
7.	DESTAQUES DE ECONOMICIDADE.....	26
8.	SITUAÇÃO DOS RECURSOS.....	28
9.	CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS.....	29
10.	ANEXOS I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS	32



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS

ORÇAMENTO E FINANÇAS	ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/2021	
Fonte: DGPCF		
ORÇAMENTO (2021):		
Fonte 100/101 (TJ):	R\$	3.718.197.106,00
Fonte 230 (TJ):	R\$	696.159.000,00
Fonte 232 (FETJ):	R\$	927.257.000,00
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	54.424.335,00
DESPESAS (TOTAL ATÉ DEZEMBRO/2021)		
Fonte 100 (TJ):	R\$	3.706.064.232,54
Fonte 230 (TJ):	R\$	598.923.960,15
Fonte 232 (FETJ):	R\$	654.630.935,48
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	49.462.003,73
RECEITA (TOTAL ATÉ DEZEMBRO/2021)		
Fonte 100 (TJ):	R\$	3.706.064.232,54
Fonte 230 (TJ):	R\$	812.751.045,73
Fonte 232 (FETJ):	R\$	1.094.046.480,61
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	55.338.915,56
<i>Fonte 100 (TJ): Não há apropriação de receita, apenas transferência do Tesouro para pagamento da Folha de Ativos do PJERJ. São recursos do Estado do Rio de Janeiro, destinados ao pagamento de magistrados e servidores ativos. O Rio Previdência realiza o pagamento da folha de inativos.</i>		
<i>Fonte 232 (FETJ): Fundo Especial do Tribunal de Justiça.</i>		
<i>Fonte 232 (FUNARPEN): Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais.</i>		
<i>Fonte 230 (TJ): Recursos Próprios.</i>		



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PESSOAL

Fonte: DGPCF-ASTEC



- **Despesa Líquida de Pessoal – DLP: R\$ 2.766.749.164,59 (dezembro de 2021);**
- **% Limite LRF: 3,57% (Referente ao 2º Quadrimestre de 2021).**

CUSTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - RESOLUÇÃO CNJ 70/2009

PERÍODO	CUSTO DO PERÍODO 1	PROCESSOS BAIXADOS2	CUSTO UNITÁRIO DO PROCESSO NO PERÍODO
p	(a)	(b)	(c) = (a)/(b)
JANEIRO/DEZEMBRO 2018			
Total	4.440.067.674,37	2.722.190	1.631,06

Notas:

¹ Custo do Período = Custeio (Fontes 232 e 230) + Pessoal (Fonte 100) + Depreciação. Fonte: RAC

² Quantitativo de processos (1ª e 2ª Instâncias). Fonte: DGJUR/DEIGE (Resolução CNJ 76/2009)

Metodologia:

$$(c) = (a)/(b)$$

Cabe ressaltar que o período de 2019 em diante será processado pela nova plataforma, GRP-Custos, que encontra-se em fase de ajustes para início das operações em ambiente de produção, e tão logo esteja concluída e estabilizada, será dado prosseguimento a informação de custos.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. PROGRESSO DO PROJETO ESTRATÉGICO (planejamento e resultado acumulado até o período de referência do relatório)

O projeto estratégico da DGPCF tem como norte a integração das ações de planejamento, controle e execução orçamentária, financeira e contábil. Após o devido mapeamento dos processos de trabalho e demais fases inerentes a um projeto estratégico, há a percepção clara de aprimorar a Governança Financeira e Orçamentária do PJERJ.

Em 2019, foi iniciada execução do projeto estratégico da DGPCF (tendo como unidade interveniente a DGTEC) visando a implantação do Sistema de Gestão Fiscal – DGPCF, GRP- Government Resource Planning. Consiste em um Sistema de Gestão Integrado, envolvendo orçamento, planejamento, economicidade, contabilidade, financeiro, bem como o Sistema de Custos.

Em razão da pandemia, o cronograma do projeto foi suspenso temporariamente. Em agosto de 2020 foi retomado o projeto mediante reuniões remotas (via Teams). Entretanto, foi celebrado um novo aditivo ao contrato, em dezembro de 2020, revisando os prazos de entrega do novo sistema de Modernização Fiscal, projeto estratégico da DGPCF (proc. SEI 2020- 0648217).

Devido ao status do quadro pandêmico foi necessário novo aditivo objetivando o realinhamento contínuo dos prazos das entregas e das respectivas ações contidas no projeto, sem, entretanto, afetar o marco final ajustado para 31/07/2022 (**TERMO ADITIVO Nº 003/421/2021, index 2569781, SEI 2021-0666600**).

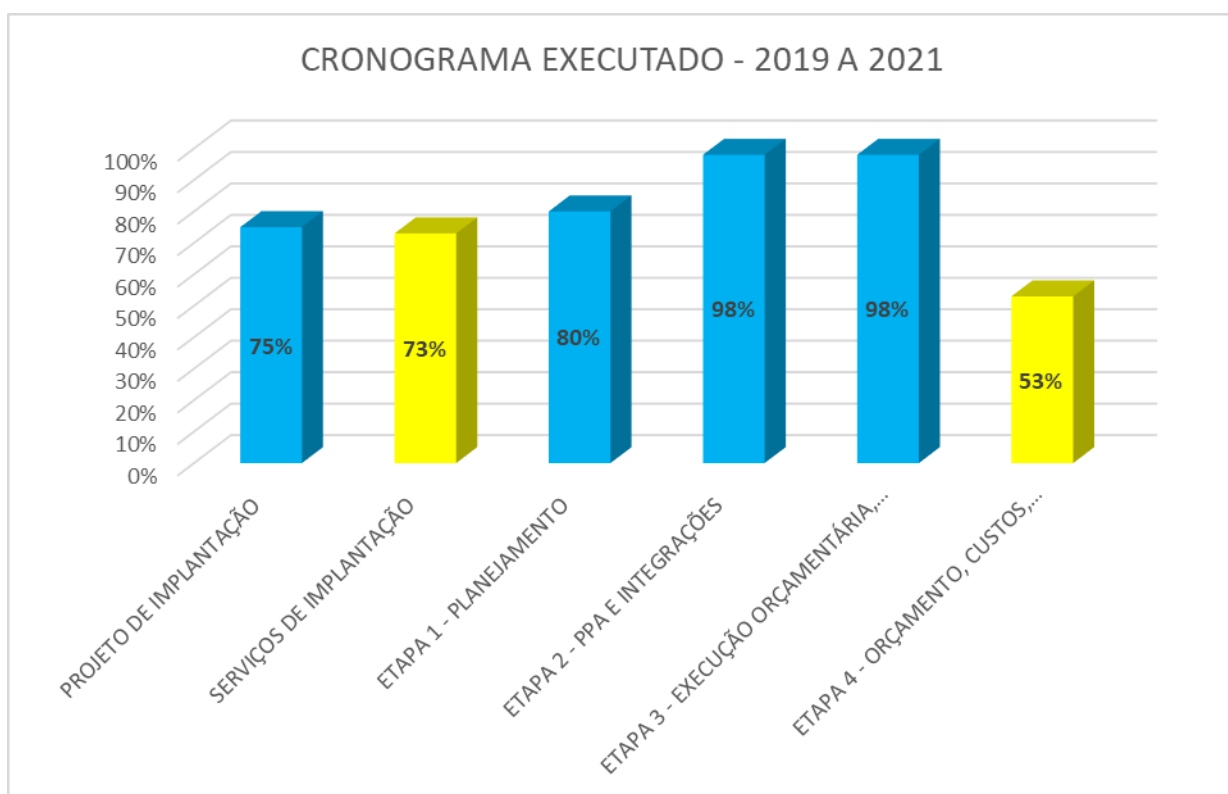
Em face ao cumprimento do cronograma ajustou-se o Plano de Virada de chave para desligamento dos atuais sistemas e a entrada em produção do GRP com previsão para



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

segunda quinzena de janeiro, após a abertura do orçamento do exercício de 2022. No gráfico a seguir verifica-se os percentuais de cumprimento do cronograma desde o início do projeto até 31/12/2021.



*As etapas em amarelo são as mais impactadas em face as restrições da pandemia e estão sob rígido monitoramento para cumprimento do ajuste.

SITUAÇÃO NO PERÍODO



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
Modernização da Gestão Fiscal do PJERJ-Continuação (Processo TJ nº 160.136/2016)	100%	75%	<p>ANÁLISE CRÍTICA</p> <p>1 – Quadro de Pandemia estável e retorno as atividades presenciais conforme determinação da Administração Superior do TJERJ, avaliação continua do cronograma e ajustes operacionais;</p> <p>2 - Aumento na interação entre a Thema/Pólis e às áreas e negócios na busca de resoluções de apontamentos na homologação das etapas e entregas;</p> <p>3 – Evolução da execução operacional da implantação do GRP: Etapa 1 = 75% (PLANEJAMENTO); Etapa 2 (PPA E INTEGRAÇÕES) = 98%; Etapa 3 (EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANÇAS E INTEGRAÇÕES INTERNAS) = 98%; Etapa 4 (ORÇAMENTO, CUSTOS, CONTABILIDADE E INTEGRAÇÕES EXTERNAS) = 53%;</p> <p>4 – Atraso nas entregas 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8;</p> <p>5 – Avanço no percentual de execução para 27,10% do projetado para o biênio 2021/2022.</p> <p>AÇÕES GERENCIAIS</p>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
			<p>1 – Mantem-se o calendário de Vacinação contra vírus da COVID19 e o cumprimento do Ato Executivo TJ n.º 97 /2021 para o processo de retomada gradual do trabalho presencial e conforme determinação da Administração Superior para a partir do dia 25/10, o retorno de 100% das atividades presenciais, a Equipe de Gestão do Projeto monitora e ajusta os procedimentos para execução do cronograma de implantação. Impacto direto nas atividades de treinamento com a mudança da modalidade on line para presencial em ambiente laboral.</p> <p>2 – Realização de reuniões de gestão com a Equipe de Contratação do Projeto GRP. Execução de demonstração, pela Thema/Pólis, dos módulos entregues e em fase de homologação visando validar as etapas finalizadas; pertinente relatar o grande fluxo de mensagem eletrônica entre a empresa Pólis com as áreas de negócios e os técnicos da DGTEC, relacionados as integrações dos sistemas internos do PJERJ com o nosso ERP - Sistema de Gestão Financeiro, Contábil e Orçamentário (em implantação);</p> <p>3 – Monitoramento da execução operacional do serviço de implantação contratado para ajustes de gestão administrativa e ajustes nos percentuais de execução no período de 01 a 31/08/2021;</p>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
			<p>impulsioneamento de processos: SEI 2021-0675532 - Integração SEPLAG – Formalização. Efetivação de cronograma paralelo definido em conjunto com as áreas de TI responsáveis pelo sistema SIPLAG e o Sistema GRP / SEI 2021-0675488 - Integração SEFAZ – Formalização. Aguardando retorno da nova administração das áreas de TI responsável pelo sistema SIAFI. Massa de dados sendo recepcionada em paralelo a formalização;</p> <p>4 - Monitoramento das entregas e pendências, bem como os prazos deliberados para sua entrega e validação através da abertura de protocolos de atendimento; ajustes para a execução de medidas de contingência e comunicação ao Diretor Geral.</p> <p>5 – Considerando-se o avanço em termos percentuais de execução de 24,94%(mês anterior) para 27,10% (mês atual) continuar o monitoramento de todas as reuniões técnicas e fazer intervenções pontuais para solucionar pendências e não conformidades identificadas.</p> <p>Registre-se o empenho nas tratativas institucionais, levadas a termo pelo Diretor Geral da DGPCF para impulsionar as integrações externas do GRP. Entretanto, existe a preocupação com a integração externa do sistema GRP com o SIAFE-RIO,</p>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
			<p>sendo necessário a intervenção da Administração Superior a nível institucional. A continuidade de regras de distanciamento social (PANDEMIA), impacta de forma negativa no progresso do nosso projeto, retardando as entregas e ações em andamento.</p> <p>Vislumbramos, s.m.j., o realinhamento contínuo dos prazos das entregas e das respectivas ações contidas no projeto, sem, entretanto, afetar o marco final ajustado para 31/07/2022. Realizada reunião para execução do Plano de Virada de chave para utilização do GRP visando obter a anuência e ponderações das áreas de negócios. Virada de Chave com previsão para segunda quinzena após a abertura do orçamento 2022.</p>



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

3.1- INDICADORES ESTRATÉGICOS									
GRÁFICO	COMENTÁRIO								
<p>RESULTADO NO PERÍODO - 4º Trimestre/2021</p> <table border="1"><thead><tr><th>Categoria</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>LINHA DE BASE (2020)</td><td>44,12%</td></tr><tr><td>RESULTADO ATUAL</td><td>39,75%</td></tr><tr><td>META</td><td>100,00%</td></tr></tbody></table>	Categoria	Porcentagem	LINHA DE BASE (2020)	44,12%	RESULTADO ATUAL	39,75%	META	100,00%	<p>Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 25% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 4º trimestre deveria se situar entre 95% a 100%.</p> <p>Através dos dados apurados em janeiro de 2022, com faturamentos atualizados, na sua grande maioria, até o mês de novembro de 2021, depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 39,75% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos, não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 100%.</p> <p>Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela inexecução do Projeto Estratégico Atualização do Parque Tecnológico (continuidade), o qual representa 52,04% do valor total previsto do PAG 2021/2022, em 2021, e apresentou execução de 23,09% em relação ao valor previsto, este influenciado sobremaneira pela inexecução do valor total previsto da ação de Aquisição de Scanners, de Servidores, de Storages, de Solução Backup e pela locação de Scanners de grande porte; bem como pela inexecução da Ação Operacional Bolsa de Estudo de Juíz Leigo, que corresponde a 11,27% do</p>
Categoria	Porcentagem								
LINHA DE BASE (2020)	44,12%								
RESULTADO ATUAL	39,75%								
META	100,00%								



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3.1- INDICADORES ESTRATÉGICOS	
GRÁFICO	COMENTÁRIO
	<p>valor total previsto do PAG 2021/2022, em 2021, e apresentou execução de 53,97% em relação ao valor previsto e da Ação Fortalecimento de Perícias, que corresponde a 8,04% do valor total previsto do PAG 2021/2022, em 2021, e apresentou execução de 53,47% em relação ao valor previsto. Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 11/01/2022.</p>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3.2 - TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL – DGPCF INDCADORES DISPONIBILIZADOS - DGPCF Portaria CNJ nº 101, de 26 de março de 2021- Ranking da Transparência do Poder Judiciário – Ano 2021-

A DGPCF realinhou os indicadores em função da nova Portaria CNJ nº 101/2021, que estabelece os critérios e os itens que serão avaliados no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, ano 2021, e as unidades orgânicas do Conselho Nacional de Justiça responsáveis por avaliar as informações veiculadas na internet pelo respectivo Tribunal.

Abaixo, apresentamos Relatório enviado ao DEGEP em resposta ao CNJ (*correspondência eletrônica de 18/10/2021*), com o detalhamento dos seguintes itens: 6, 36, 37, 38, 39, 40, 42 e 71, conforme descrito:

Item 6: Item compartilhado com outras Unidades. Cabendo apenas atualizar o link do Plano de Ação Governamental-PAG:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/plano-de-acao-governamental/2021-2022>

E atualizar o link da Execução Orçamentária para:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/execucao-orcamentaria/execucao-orcamentaria>

6 – O Órgão publica os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	3	DEGEP/ DGPCF/ DGLOG	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/execucao-orcamentaria/execucao-orcamentaria/2021 ; http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/plano-de-acao-governamental ; http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/2879981/portifolio-proj-estrategia.pdf ;	CNJ	Atualização do link do Plano de Ação Governamental-PAG e atualização do link execução orçamentária - 2021-	Boas Práticas.
---	---	---------------------------	-----	---	-----	--	----------------



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Itens 36 e 37: Sem alterações e ratificado;

36 – Mensalmente, o Anexo I da Resolução CNJ no 102/2009?	3	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj	CNJ	Ratificado o link - DGPCF informado em 2021- referente ao anexo I, da Res CNJ nº 102/2009	Art. 6o, VII, "a", da Resolução CNJ no 215/2015, c/c a Resolução CNJ no 102/2009.
37 – Mensalmente, o Anexo II da Resolução CNJ no 102/2009?	3	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-ii-resolucoes-cnj	CNJ	Ratificado o link - DGPCF, informado em 2021, referente ao anexo II da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 6o, VII, "a", da Resolução CNJ no 215/2015, c/c a Resolução CNJ no 102/2009.

Item 38: Link atualizado para:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2021>

38 – A íntegra da lei orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?	3	DGPCF	SIM	O link já disponibilizado, conforme relatado no e-mail e com a descrição do link no quadro ao lado	CNJ	Link atualizado para: http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2021	Art. 4o, II, da Resolução CNJ no 195/2014.
--	---	-------	-----	--	-----	---	--



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Item 39: Link atualizado para:

<http://www.tjrj.jus.br/web/quest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2021;>

39 – O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo graus de jurisdição?	3	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/quest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2021	CNJ	Atualizado o link - DGPCF, informado em 2021 - Resolução CNJ nº 195/2014.	Art. 9º da Resolução CNJ no 195/2014.
---	---	-------	-----	---	-----	---	---------------------------------------

Item 40: Link atualizado para:

<http://www.tjrj.jus.br/web/quest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial/20201;>

40 – O órgão publica o ‘Relatório de Gestão Fiscal’?	3	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/quest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial/2021	CNJ	Atualizado o link -DGPCF, informado em 2021.	Art. 55, § 2º, da Lei de Responsabilidade e Fiscal.
--	---	-------	-----	---	-----	---	---

Item 42: Sem alterações e ratificado:

42 – O órgão publica no site a relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	3	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/quest/valores-pagos-aos-contratados-resolucoes-cnj-n-215-2015-e-265-2018-item-19; http://www.tjrj.jus.br/web/quest/transparencia/relatorios/pag-fornecedores/pag-fornecedores	CNJ	Permanece o link -DGPCF, informado em 2021.	Art. 148 da Lei no 14.116/2020.
--	---	-------	-----	--	-----	--	---------------------------------



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Item 71: Sem alteração no link:

71 – Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e/ou dos bilhetes emitidos?	3	DGPCF	SIM	O link já foi disponibilizado , conforme relatado no presente com a descrição do link no quadro ao lado.	http://www.tjrj.ius.br/web/guest/transparencia/relatorios/resolucao-cjn-n%C2%BA-102-2009	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ no 102/2009.
--	---	-------	-----	--	---	--

Cabe observar que o Portal da Transparência do Tribunal de Justiça, desde fevereiro de 2009 e de acordo com a Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, divulga dados atualizados sobre gestão, financeira, orçamentária e contábil, seguindo assim, a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), especificada no âmbito do Judiciário Brasileiro pela Resolução nº 151 do Conselho Nacional de Justiça.

A DGPCF, disponibiliza na página do PJERJ, informações atinentes a sua área de atuação, quais sejam, planejamento, orçamentário, financeiro e contábil, na transparência institucional. As informações estão alinhadas por tópicos, como por exemplo: Relatórios de Execução orçamentária, fiscal, Gestão Fiscal, Pagamento a fornecedores, bem como o Orçamento Anual, Plano de Ação Governamental- PAG, entre outros, que podem ser acessados link abaixo:

<http://www.tjrj.ius.br/web/guest/transparencia/apresentacao>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Cabe ainda mencionar que diversos relatórios da DGPCF estão disponibilizados na Transparência Institucional do PJERJ , entre os quais podemos citar como exemplo os contidos nos acessos abaixo:

Relatórios

- [Execução Fiscal](#)
- [Execução Orçamentária](#)
- [Gestão Fiscal do PJRJ](#)
- [Pagamento a Fornecedores - Quadro Detalhado \(ITEM 19\)](#)
- [Relatório Gerencial](#)
- [Resolução CNJ nº 154/2012- Art. 4º](#)
- [Resolução CNJ nº 102/2009 - Art. 3º , VI - \(DIÁRIAS\)](#)
- [Resolução CNJ nº 265/2018 \(Relatório Previdenciário\) – ITEM 32](#)
- [LAI- Lei Federal nº 12.527/2011 Art. 8º, § 1º, Inciso II- TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS](#)
- [LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – ART 9º \(ITEM 17-CNJ\)](#)

4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS

METAS	RESULTADOS (% Acumulado até o momento)
<NÃO APLICÁVEL>	



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- a) **DAS AÇÕES PARA RECUPERAÇÃO DOS VALORES DAS NOTAS DE DÉBITO ENCAMINHADAS PARA A DÍVIDA ATIVA DA PGE-RJ, REFERENTE À TAXA JUDICIÁRIA, CUSTAS JUDICIAIS, EMOLUMENTOS E COBRANÇAS ADMINISTRATIVAS PENDENTES DE REPASSE DESDE 2005 ATÉ A DATA ATUAL E IMPLANTAÇÃO DE ROTINA QUE PERMITA O REPASSE AUTOMÁTICO DA PGE-RJ PARA O FETJ, DOS ALUDIDOS VALORES.**

Em decorrência das ações coordenadas entre a Alta Administração deste Poder e a DGPCF, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a sua Procuradoria-Geral, foi repassado a este Poder, no último dia 11/06/2021, o valor total de R\$ 20.684.118,15 (vinte milhões seiscentos e oitenta e quatro mil, cento e dezoito reais e quinze centavos) referente à Notas de Débito recuperadas na Dívida Ativa pela PGE-RJ.

Cabe ressaltar, entretanto, que as medidas necessárias ao repasse dos valores ainda devidos, posteriores a outubro de 2020, até a presente data, permanecem sendo conduzidas por esta Diretoria-Geral nos autos dos processos TJRJ nº 2008-052148 (físico) – 2020-0650024 (eletrônico – SEI) - Processo SEI –PGE – 040083/000865/2020.

Registre-se que, trata-se de resultado inédito, considerando que não há registro de repasse anterior de valores a tais títulos a este Poder Judiciário, cabendo ressaltar, entretanto, que o objetivo já vinha sendo perseguido pelas Administrações anteriores. Tratando-se, portanto, da continuidade de medidas já iniciadas.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

b) DEVOLUÇÃO AO PODER JUDICIÁRIO - EMPRÉSTIMO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE R\$ 400 MILHÕES (DEZEMBRO/2014) E DEMAIS PASSIVOS:

O Poder Judiciário ajuizou, mediante a Ação Ordinária nº 2.173, proposta em janeiro de 2017, no Supremo Tribunal Federal (STF) que resultou no instrumento de transação com o Governo do Estado-RJ, viabilizando à devolução dos valores devidos ao Poder Judiciário, como por exemplo o empréstimo realizado em 2014, no valor de R\$ 400 milhões (valores devolvidos mensalmente), devolução depósitos judiciais (Leis Complementares nº 147/2013 e 163/2015). Cabendo assinalar que as parcelas foram repassadas pela Secretaria de Fazenda e Planejamento - ERJ, conforme cronograma de desembolso iniciado em janeiro de 2018 e finalizado dia 15/10/2021 com a quitação da 36ª parcela.

c) ARRECADAÇÃO DE VALORES - DÍVIDA ATIVA (EXECUÇÃO FISCAL):

Visando a efetiva arrecadação dos valores de custas e taxa judiciária em processos de execução fiscal, o Tribunal utiliza atualmente quatro tipos de guias compartilhadas, quais sejam: O DARM compartilhado com o Município do RJ, o DARJ compartilhado com o Estado do RJ, um boleto bancário compartilhado e a GRERJ compartilhada. No ano de 2021, tivemos uma recuperação na arrecadação deste segmento, havendo uma alta de aproximadamente 52%, conforme se observa no quadro abaixo:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

RECEITAS RECUPERADAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO FISCAL			
Anual	2021	2020	Variação %
TOTAL	65.502.651,91	43.186.800,61	51,67%

Obs.: Nos totais acima, constam somente os Municípios que formalizaram Convênio de Reciprocidade com este TJERJ

d) ARRECADAÇÃO DE VALORES - COBRANÇA

Durante o ano de 2020, face à PANDEMIA da COVID-19, restou prejudicada a realização da cobrança administrativa dos valores vertidos ao FETJ. No ano de 2021, podemos observar a recuperação neste segmento da arrecadação, havendo o retorno do trabalho presencial do setor responsável, bem como a retomada do envio de cobranças administrativas aos jurisdicionados inadimplentes, ocorrendo uma excelente recuperação com o aumento de aproximadamente 155%, conforme se observa no quadro abaixo:

Valores recebidos através da Cobrança Administrativa			
Anual	2021	2020	Variação %
Arrecadação SECOB - Judicial	20.607.096,69	7.527.563,00	173,76%
Arrecadação SECAE - Extrajudicial	3.133.756,50	1.757.410,40	78,32%
Total	23.740.853,19	9.284.973,40	155,69%



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- e) **Monitoramento e gestão contínua da despesa com pessoal ativo do PJERJ, bem como da Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro, com vistas ao respeito aos limites de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;**
- f) **Monitoramento da recuperação da Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro após os abalos sofridos em decorrência da crise financeira, econômica e fiscal decorrente da Pandemia da Covid-19;**
- g) **Monitoramento e gestão contínua da despesa com benefícios pagos a magistrados e servidores, bem como da receita que financia os mesmos, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro da fonte de recursos correspondente;**
- h) **Monitoramento dos efeitos gerados pela reversão de tendência da Taxa Selic com as últimas altas impostas pelo Comitê de Política Monetária e seus efeitos sobre a receita que financia o pagamento dos benefícios a magistrados e Servidores, subsidiando a Alta Administração na tomada de decisão com relação à renovação do contrato de prestação de serviços financeiros prestado por instituição financeira;**
- i) **Aprimoramento na análise dos processos de aquisições de materiais e contratações de serviços sob a ótica da economicidade com realização de reuniões com o DEPAM e melhorias na Planilha de Avaliação da Quantidade (ver Destaques de Economicidade);**
- j) **Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à conversão em pecúnia, por parte dos servidores, de 90 dias de licença-prêmio, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- k) Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à conversão em pecúnia, por parte dos servidores, do saldo de 60 dias de férias, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;**
- l) Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à recomposição inflacionária de alguns dos benefícios recebidos por servidores e magistrados, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;**
- m) Em relação ao Projeto Estratégico de Modernização da Gestão Fiscal do PJERJ (Processo TJ nº 160.136/ 2016) convém destacar que a alteração na estrutura funcional da DGPCF teve leve impacto na gestão do projeto, haja vista a mudança de gerente do projeto. O Processo de transição gerencial conduzido pelo Gestor do Projeto obteve impactos positivos na execução do cronograma (vide item 02).**
- n) Considerando as medidas adotadas por esta Diretoria Geral, em ações coordenadas com as demais Unidades Organizacionais envolvidas nos procedimentos que visam o recebimento de valores devidos pelas empresas contratadas por este Poder Judiciário, por inexecução ou inadimplemento de obrigações contratuais, cumpre informar que no ano de 2021, houve um ingresso no valor de R\$ 862.591,63 (oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e três) na conta do Fundo Especial do Tribunal de justiça - FETJ.**



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO (demandas não concluídas no período de referência, excluídas as dos projetos)

- 6.1 Retomar o processamento da informação de custos, que sofreu solução de continuidade devido a problemas técnicos do Setor de Informática deste PJERJ, por meio do Projeto Estratégico de Modernização da Gestão Fiscal, com a implementação do Módulo de Custos do ERP-DGPCF.**
- 6.2 Em decorrência da Pandemia de Covid-19, as atividades de desenvolvimento do ERP-Custos foram retomadas a partir de setembro/2020, por meio de reuniões e tratativas online, orientado por um novo cronograma.**
- 6.3 Ao final de 2021, após desenvolvimento conjunto entre as áreas envolvidas no projeto (ASTEC e THEMA), foi promovida a homologação do ERP-Custos, com o respectivo treinamento presencial. Atualmente, sendo verificadas algumas pendências e ajustes para iniciar as operações em ambiente de produção.**
- 6.4 Dar continuidade as tratativas com os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, para divulgação da GRERJ Eletrônica Tributária (DEGAR);**
- 6.5 Modernização da Gestão Fiscal (DGPCF), por ser projeto estratégico da DGPCF, já foi abordado no item 2. Cabendo inferir que o projeto consiste em 4 (quatro) módulos: 1- Planejamento e Orçamento (ASPLO); 2- Custos/ Impacto orçamentário-financeiro e economicidade (ASTEC); 3- Contabilidade (DECON) e 4- Financeiro (DEFIN). Em razão da Pandemia, o cronograma sofreu alterações nos prazos das entregas e ações;**



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

6.6 Com a instalação da Assessoria de Análise e Cálculo de Precatórios e Exame das Prestações de Contas- ASCAP (26/10/2018), com atribuições afetas as prestações de contas, precatórios, não foi estimado o quantitativo ideal de pessoal, salientando-se que as mencionadas tarefas são oriundas em parte do NAI, e DECAN/DGLOG, necessitando assim, de implementação/elaboração de novas Rotinas Administrativas – RADS (ASCAP). As rotinas estão em fase de finalização.

6.7 Plataforma online e-Social – em fase de implementação (desde julho/2021) e Módulo EFD-Reinf (Sped) - em fase inicial de desenvolvimento.

7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE

A experiência construída pela DGPCF/ASTEC na análise de economicidade, desde maio/2016, acerca dos processos de aquisição e de contratação de serviços, vem se mostrando efetiva no atendimento às diretrizes da E. Presidência visando ao contingenciamento de despesas e otimização dos recursos orçamentários.

Assim, dando prosseguimento na análise dos processos sob a ótica da economicidade, permanece a atuação colaborativa em reuniões para tratativas e ajustes nas metodologias, que refletem no processamento dos órgãos demandantes e que impactam na origem da despesa, resultando em economia e otimização da tramitação processual, buscando maior aderência à realidade

Ressalte-se que com a edição do Ato Normativo nº 03/2019, que disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, a análise dos processos



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

efetuada pela DGPCF/ASTEC, no que se refere à economicidade, foram objetivamente respaldadas no âmbito institucional.

Como destaques de economicidade, apresentamos a economia gerada em decorrência de diligências feitas em processos administrativos:

ASTEC - PROCESSOS PARA ANÁLISE DE ECONOMICIDADE PERÍODO 01/01/2021 A 31/12/2021

Quantidade de processos diligenciados *	Diligências		Redução/Economia	
	Valor Agregado antes das diligências	Valor Agregado após as diligências	Valor	%
5	R\$ 3.571.391,47	R\$ 2.228.695,78	R\$ 1.342.695,69	37,60%

* Diligências Concluídas

No tocante à despesa de pessoal, em função da crise financeira, econômica e fiscal decorrentes da Pandemia Covid-19, destacamos a suspensão ou postergação de medidas que poderiam provocar aumento de despesa, além do contínuo monitoramento da redução de pessoal do PJERJ, bem como dos gastos com benefícios pagos a servidores ativos.

A ampliação das matérias tratadas no Sistema SEI (Processo Administrativo Eletrônico) ao longo do exercício de 2021, proporcionou significativa redução com gasto de papel, capas de processo, tinta para impressão, etiquetas, canetas, borrachas, entre outros materiais de expediente.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS

Tópicos				Observações
Pessoal		x		Quanto a atual situação dos recursos humanos na DGPCF, o quantitativo efetivo de servidores e colaboradores atende em parte a esta DGPCF, eis que há carência de servidores e colaboradores terceirizados, em especial, no Departamento de Gestão de Arrecadação, que possui um enorme acervo de processos físicos em tramitação e presta atendimento presencial a grande contingente de público, bem como na ASCAP, em razão do grande acervo a ser examinado e instruído, relativamente às prestações de contas de Convênios celebrados com entes da Administração Pública e Termos de Colaboração celebrados entre este Poder Judiciário e Organizações da Sociedade Civil (OSCIP) diversas.
Tecnologia da Informação		x		A DGPCF encontra-se atendida em parte, tendo em vista a necessidade de utilização de scanners de mesa mais modernos e eficientes, além de impressoras com maior capacidade, especialmente coloridas.
Infraestrutura	x			

LEGENDA:



Atende



Atende em Parte



Não Atende



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS

- ✓ A Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças-DGPCF tem por missão “gerir, de forma eficiente, os recursos orçamentários e financeiros necessários à prestação jurisdicional”.
- ✓ Ocorre que com o agravamento do quadro fiscal no Estado do Rio de Janeiro, que culminou no reconhecimento do estado de calamidade pública¹, no âmbito, a Administração Superior deste Poder Judiciário foi instada a adotar medidas necessárias ao equilíbrio financeiro e orçamentário (Ato SN 1/2017, Processo TJ nº 2015-38878).
- ✓ No ano de 2017 foi autorizado o contingenciamento das despesas orçamentárias. A lei estadual nº 7627/2017 estendeu o Estado de Calamidade Pública até 31 de dezembro de 2018. Em 09/06/2017 foi autorizado o Plano de Recuperação Fiscal (Lei nº 7629/2017). Em 30/06/2017 foi constituída as Normas e Diretrizes Fiscais do Regime de Recuperação Fiscal- RRF (Lei Complementar nº 176/2017). Por fim, a Lei Estadual nº 9.163 de 28/12/2020, prorrogou o prazo de validade do estado de calamidade para 31/12/2021.
- ✓ Cabe repetir que a crise sanitária (PANDEMIA), no ano de 2021, impactou em toda administração pública Federal, Estadual e Municipal, acarretando assim, um cenário macroeconômico com repercussões ainda não mensuradas em sua totalidade, mas já



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

presente nas receitas e despesas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

- ✓ No 2º Quadrimestre de 2021, o PJERJ estabeleceu o índice de 3,57% da RCL, respeitando assim, todos os limites descritos na Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101/2000).
- ✓ Com a continuidade das ações de austeridade e contenção de despesas, ao longo do ano de 2021, bem como a crise financeira agravada como a pandemia COVID 19, O PJERJ preservou os recursos financeiros, conforme demonstrado no quadro abaixo de disponibilidade financeira das fontes 230 (TJERJ) e 232 (FETJ). Cabe acrescentar que os dados são parciais, pois o exercício financeiro de 2021, deverá ser encerrado somente no meado do mês de janeiro de 2022, pelo Sistema Oficial do Estado do Rio de Janeiro- SIAFE-RIO.

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS-PJERJ					
FONTES DE RECURSOS: 232 E 230	DISPONIBILIDADE TOTAL 2017-R\$	DISPONIBILIDADE TOTAL 2018-R\$	DISPONIBILIDADE TOTAL 2019-R\$	DISPONIBILIDADE TOTAL 2020-R\$	DISPONIBILIDADE TOTAL 2021-R\$
DESCRIÇÃO					
Caixa e Equivalentes de Caixa	181.549,53	2.323.920,87	228.765,46	1.273.907,97	1.335.333,14
Aplicações Financeiras	930.923.446,53	1.173.642.299,97	1.754.440.951,03	1.938.302.046,88	2.492.050.097,11
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra	100.382,54	291.077,84	105.097,71	105.120,03	739.289,68
Total	931.205.378,60	1.176.257.298,68	1.754.774.814,20	1.939.681.074,88	2.494.124.719,93
Variação percentual anual 2017-2021:		26%	49%	11%	29%
FONTE: SIAFE-RIO - dez/2021 (aberto) - DGPCF/DECON					
Nota: Foram expurgados os montantes referentes às contas de depósitos judiciais, uma vez que se referem a recursos exclusivos de Terceiros, sendo certo, portanto, que não pertencem ao PJERJ					
Nota 2: O grupo de contas "Caixa e Equivalentes de Caixa Intra" corresponde a valores do Poder Judiciário alocados na Conta Única do Tesouro Estadual, em razão do Convênio da Dívida Ativa					



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2021

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- ✓ **Por fim, no ano de 2021, foi dada continuidade à gestão financeira e orçamentária responsável, seguindo os padrões de austeridade já praticados pelo PJRJ, tendo em vista o estado calamidade pública financeira do Estado do Rio de Janeiro, bem como a PANDEMIA-COVID 19 que alterou todos os cenários econômicos e financeiros não apenas do PJRJ, mas de todos os entes da federação.**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL - 2021

10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS- IE 48- (4º Trimestre-2021)

UNIDADE ORGANIZACIONAL		DGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE											
TEMA		ORÇAMENTO E FINANÇAS			OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ														
INDICADOR		ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO (IE - 48)			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	-														
FINALIDADE		ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ						CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado											
PERIODICIDADE		trimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE											
FÓRMULA		(Valor executado nas iniciativas estratégicas) / (Valor disponibilizado para tal)						SENTIDO DE MELHORIA	MM											
META		Executar 100% das iniciativas estratégicas previstas no orçamento de 2021				ORIGEM DOS DADOS	Plano de Ação Governamental - PAG Biênio 2021/2022		UNIDADE DE MEDIDA	Percentual										
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2021	1º Trimestre/21		2º Trimestre/21		3º Trimestre/21		4º Trimestre/21		Resultado no Per.										
		7,69%		14,73%		30,74%		39,75%		39,75%										
RESULTADOS NO PERÍODO		<table border="1"><caption>RESULTADO NO PERÍODO - 4º Trimestre/2021</caption><thead><tr><th>Item</th><th>Valor (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>LINHA DE BASE (2020)</td><td>44,12%</td></tr><tr><td>RESULTADO ATUAL</td><td>39,75%</td></tr><tr><td>META</td><td>100,00%</td></tr></tbody></table>									Item	Valor (%)	LINHA DE BASE (2020)	44,12%	RESULTADO ATUAL	39,75%	META	100,00%		
Item	Valor (%)																			
LINHA DE BASE (2020)	44,12%																			
RESULTADO ATUAL	39,75%																			
META	100,00%																			
LINHA DE BASE (2020)		44,12%																		
RESULTADO ATUAL		39,75%																		
META		100,00%																		
EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO		<table border="1"><caption>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO</caption><thead><tr><th>Trimestre</th><th>Resultado (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>1º Trimestre/21</td><td>7,69%</td></tr><tr><td>2º Trimestre/21</td><td>14,73%</td></tr><tr><td>3º Trimestre/21</td><td>30,74%</td></tr><tr><td>4º Trimestre/21</td><td>39,75%</td></tr></tbody></table>									Trimestre	Resultado (%)	1º Trimestre/21	7,69%	2º Trimestre/21	14,73%	3º Trimestre/21	30,74%	4º Trimestre/21	39,75%
Trimestre	Resultado (%)																			
1º Trimestre/21	7,69%																			
2º Trimestre/21	14,73%																			
3º Trimestre/21	30,74%																			
4º Trimestre/21	39,75%																			
ANÁLISE CRÍTICA	Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 25% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 4º trimestre deveria se situar entre 95% a 100%. Através dos dados apurados em janeiro de 2022, com faturamentos atualizados, na sua grande maioria, até o mês de novembro de 2021, depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 39,75% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos, não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 100%. Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela inexecução do Projeto Estratégico Atualização do Parque Tecnológico (continuidade), o qual representa 52,04% do valor total previsto do PAG 2021/2022, em 2021, e apresentou execução de 23,09% em relação ao valor previsto, este influenciado sobremaneira pela inexecução do valor total previsto da ação de Aquisição de Scanners, de Servidores, de Storages, de Solução Backup e pela locação de Scanners de grande porte; bem como pela inexecução da Ação Operacional Bolsa de Estudo de Juíz Leigo, que corresponde a 11,27% do valor total previsto do PAG 2021/2022, em 2021, e apresentou execução de 53,97% em relação ao valor previsto e da Ação Fortalecimento de Perícias, que corresponde a 8,04% do valor total previsto do PAG 2021/2022, em 2021, e apresentou execução de 53,47% em relação ao valor previsto. Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 11/01/2022.																			
AÇÕES GERENCIAIS	Os projetos estratégicos/ações operacionais que apresentaram percentuais incompatíveis para o período, continuam a ser observados detidamente por parte da DGPCF-ASPLO.																			
Responsável pela emissão do relatório:		Leonardo Pacheco Böhme - 10577131			Responsável (aprovação e divulgação):			Ana Paula Vargas - 01/23540		Data: 11/01/2022										